



Paulo Octávio critica aumento de contribuições

Página 3



Transgênico deve ser rotulado, afirma Sibá

Página 8



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.773 - Brasília, segunda-feira, 1º de setembro de 2003

PPA define investimentos em 16 áreas

O Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que começa a ser examinado na Comissão Mista de Orçamento, indica 16 áreas de desenvolvimento nas quais deverão ser priorizados os investimentos do governo federal.

Em cada uma das áreas definidas no plano há metas a serem alcançadas. Na educação, por exemplo, o Executivo pretende erradicar o analfabetismo até 2007. Na saúde, planeja reduzir o índice de mortalidade infantil. Segundo as estimativas do PPA, o crescimento da economia será de 3,5% em 2004, mas chegará a 5% em 2007.

Páginas 6 e 7

Reforma da Previdência abre prazo para emendas

Relatório de Tião Viana sobre o texto em tramitação no Senado deve sair em 15 dias. Presidente da CCJ, Edison Lobão, acredita que a comissão votará a proposta em até 30 dias, encaminhando-a à deliberação do Plenário

Páginas 4 e 5

CPI DO BANESTADO

Relator expõe resultados da viagem aos EUA

Em reunião marcada para amanhã, deputado José Mentor explicará o que foi obtido pela comissão.

Página 3

INFORMAÇÃO Parlamentares conseguiram dados importantes em Nova York e Washington



Divulgação



Jane de Araújo

Paim recebe parlamentares japoneses

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, recebeu na sexta-feira uma comitiva da Liga Parlamentar Japonesa que está analisando a importação de etanol do Brasil. O senador foi presenteado com um vaso típico japonês (foto).

Página 8

Jucá lamenta morte de político de RR

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) lamentou, em nome da liderança de seu partido, a morte do presidente do diretório municipal do PCdoB em Boa Vista (RR), José Luiz Silva Neto, que foi vítima, aos 56 anos, de acidente de automóvel, no último dia 25. Jucá manifestou suas condolências à família de José Luiz, ao povo do estado e também ao PCdoB.

– Ele era um batalhador, acreditava na igualdade das pessoas e, pela sua humildade, pela sua forma cativante de se colocar, ocupava um espaço importante de conselheiro, de amigo, no espectro político do estado. A morte de José Luiz Silva Neto deixa mais pobre a política de Roraima – lastimou Jucá.

Paulo Octávio destaca roteiro cívico de Brasília

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) aplaudiu em Plenário, na sexta-feira, a decisão do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal de promover o roteiro turístico "Brasília – capital do Brasil", criado com o objetivo de narrar a história da capital da República em aulas itinerantes. O roteiro, informou, também inclui informações sobre arquitetura, urbanismo, meio ambiente e dados cartográficos relacionados com Brasília e o DF.

Presidente da Subcomissão de Turismo, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Paulo Octávio observou que a iniciativa irá lastrear informações corretas sobre Brasília.

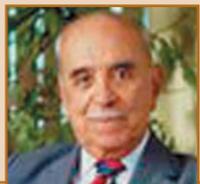
Agenda

Projeto sobre venda de medicamentos na pauta de amanhã

A sessão de hoje, às 14h30, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares. Amanhã, os senadores

continuarão a examinar o Projeto de Lei de Conversão nº 23/03, que cria a Câmara de Regulação do Mercado de

Medicamentos (CMED). Se a matéria não for votada, os outros itens da pauta não poderão ser examinados.



Sessão especial homenageará Roberto Marinho

Na quarta-feira, por iniciativa do presidente do Senado, José Sarney, haverá sessão especial no Plenário, às 11h, destinada a reverenciar a memória do jornalista Roberto Marinho (foto), presidente das Organizações Globo e membro da Academia Brasileira de Letras, falecido em 6 de agosto de 2003.

TV Senado promove debate sobre necessidades especiais

No programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado hoje, às 19h30, o senador Flávio Arns (PT-PR) – foto – e o vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos Ajur Costa, falam sobre os portadores de necessidades especiais. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, em 2000, o país tem mais de 24 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência.



Hélio Costa fala ao Conselho de Comunicação Social

O Conselho de Comunicação Social se reúne hoje, a partir das 14h, para ouvir o senador Hélio Costa (PMDB-MG) a respeito dos trabalhos da Comissão de Educação do Senado. O colegiado também

debate projeto sobre ética na programação de TV (PLC nº 1600/03), do deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), coordenador da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania".



Gestão de recursos hídricos na CI

Presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve examinar, em reunião amanhã, às 14h, o Projeto de Lei do Senado nº 240/02, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e o PLS nº 224/03, que estabelece critérios na aplicação de recursos para universalização dos serviços públicos de energia elétrica, entre outros itens.

2004 pode ser Ano da Mulher

Para examinar o Projeto de Lei da Câmara nº 43/03, que institui o ano de 2004 como o Ano da Mulher, e o PLC nº 131/01, que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso, entre outros itens, a Comissão de Educação (CE) se reúne amanhã, às 11h. A CE é presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

Reforma tributária na CAE

Amanhã, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate a reforma tributária em audiência pública com os governadores do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria; de Goiás, Marconi Perillo; de Minas Gerais, Aécio Neves; do Amazonas, Eduardo Braga; e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Waldemir Rodrigues

CONTROLE ESTATAL Luiz Otávio também defende projeto que veta a privatização da empresa

Luiz Otávio quer Eletronorte com sede no Pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu na sexta-feira, em Plenário, a transferência da sede da Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) de Brasília para a capital do estado do Pará, Belém. Ele apresentou projeto de lei nesse sentido (PLS 217/2003), alegando não haver justificativa para manter a sede da empresa em Brasília, tendo em vista a importância do órgão para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte.

Para Luiz Otávio, o fato de a hidrelétrica de Tucuruí se localizar no estado do Pará vem reforçar a necessidade de a sede da Eletronorte ser transferida para Belém. A hidrelétrica terá, em 2006, a capacidade de gerar mais de oito mil megawatts, transformando-se na terceira maior do mundo. Hoje, observou, já beneficia 14 milhões de habitantes nos 360 municípios dos estados do Pará, do Maranhão e do Tocantins.

Empresa estatal

O senador solicitou, ainda, a aprovação de um segundo projeto de lei de interesse de seu estado, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em turno suplementar. A proposta (nº 271/2001), de autoria da senadora licenciada Marina Silva, impede a privatização da Eletronorte e da hidrelétrica de Tucuruí.

Luiz Otávio argumentou que o processo de alienação de empresas estatais que teve lugar no governo Fernando Henrique Cardoso revela, nos dias de hoje, distorções importantes. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou compartilhar do otimismo do senador paraense sobre as perspectivas de desenvolvimento da Região Norte.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim

2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos

1º Secretário: Romeu Tuma

2º Secretário: Alberto Silva

3º Secretário: Heráclito Fortes

4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



José Cruz

SAÍDA Paim lembrou projeto de sua autoria, pronto para votação, que trata do assunto

Congresso deve fixar o mínimo, defende Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu na sexta-feira, em Plenário, a definição do valor do salário mínimo por meio de um projeto de lei pelo Congresso Nacional. Ele sugeriu que o Senado aprove proposta de sua autoria sobre o assunto – que já recebeu parecer favorável e está pronta para ser votada – garantindo reajuste de acordo com a inflação dos últimos 12 meses, mais um aumento real de R\$ 0,20 a hora trabalhada, o que representaria R\$ 44.

Segundo Paim, não é necessário que o presidente Lula edite uma medida provisória sobre o salário mínimo.

– Não há motivo para que o Congresso não se debruce sobre o assunto, defina o valor do salário mínimo e submeta o projeto ao presidente da República, para sanção ou não.

Paim lembrou as causas que defendeu durante os 16 anos como deputado e disse que continua lutando por um salário mínimo equivalente a 100 dólares, valor que poderá ser alcançado se o seu projeto for aprovado, conforme assegurou.

O senador comentou informações veiculadas pela imprensa de que Lula, por meio do ministro do Planejamento, Guido Mantega, já teria adiantado que não vai poder cumprir o compromisso de campanha de dobrar o valor do mínimo até o final do seu mandato.

– Poderá não dobrar, mas dá para aproximar – comentou o senador. Se chegarmos a 100 dólares no ano que vem, com certeza no final do governo Lula o salário mínimo será muito maior, o que nos dará posição semelhante à que tem o Peru, que, depois do Brasil, paga o menor salário mínimo da América do Sul, de 110 dólares.

Paim manifestou satisfação com informações de que o governo apóia a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Virgílio aponta equívocos no governo Lula

Ao enumerar o que considera os equívocos do governo Lula, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou em discurso que “até aqui, o presidente logrou alcançar um único resultado: espalhar intransigência às nossas populações”.

De acordo com o senador, o grande erro do presidente foi não aproveitar o maciço apoio que a opinião pública lhe deu nos primeiros meses de governo para fazer planejamento.

– Em vez de planejar, Lula preferiu rodear-se de marqueteiros e apregoar que lançaria rompante programa a que chamou de “espetáculo do crescimento”. Não deu certo e à população apenas restaram ilusões – disse.

O líder definiu como “espetáculo” o loteamento político de cargos no serviço público, citando como exemplos a demissão de um diretor da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) – esposo da deputada federal Maninha (PT-DF) –, o afas-

tamento dos cinco diretores do Instituto Nacional do Câncer (Inca), depois de protestos do corpo médico da instituição, e na política de reforma agrária. “A moda é nomear superintendentes regionais (*do In-cra*) provenientes do MST ou avalizados pelo movimento”.

Virgílio também critica a condução da reforma tributária.

– O governo petista prepara-se para criar uma alíquota de 35% para o Imposto de Renda – afirmou.



Roosevelt Figueira

LOTEAMENTO Virgílio condena distribuição de cargos por critérios políticos

CPI do Banestado apresenta amanhã resultados da viagem

Reunião servirá para que o relator, deputado José Mentor, faça um relato das investigações nos EUA

O deputado federal José Mentor (PT-SP), relator da CPI Mista do Banestado, deve apresentar amanhã os primeiros resultados da viagem feita pelos parlamentares que integram a comissão às cidades de Nova York e Washington, nos Estados Unidos. Na mesma reunião, a CPI, que investiga a evasão de divisas pelas contas CC-5, também deve definir o cronograma de ação para o mês de setembro.

Durante a viagem, a CPI recebeu da Procuradoria de Jus-



Waldemir Rodrigues

INVESTIGAÇÃO Documentos trazidos dos EUA deixaram Antero de Barros animado

tiça de Manhattan, em Nova York (EUA), 270 caixas de documentos com toda a movimentação bancária da agência do Banestado naquela cidade. A Procuradoria prometeu ajudar

na identificação dos beneficiários das remessas irregulares feitas de Foz do Iguaçu (PR).

– A reunião foi extraordinária. Não podia ser melhor. Os procuradores de Manhattan revelaram enorme disposição de colaborar com a CPI e com as autoridades brasileiras que estão investigando a evasão de divisas. Está sepultada qualquer possibilidade de a CPI não ter acesso aos documentos – confirmou, ainda nos Estados Unidos, o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Durante as diligências, os deputados e senadores brasileiros visitaram o Departamento de Justiça norte-americano, acompanhando os procuradores e policiais federais que participam da força-tarefa brasilei-

ra que investiga o caso.

Relação

Uma lista com os nomes de 170 brasileiros que possuem bens não declarados ao Imposto de Renda superiores a US\$ 800 mil, nos Estados Unidos, foi entregue, em Washington, pelo representante da Receita Federal ao presidente da CPI. Os integrantes da CPI visitaram ainda a comissão que investiga, no Congresso norte-americano, a lavagem de dinheiro. Eles estiveram em busca de informações sobre empresas *off-shore* que promoveram evasão de divisas do Brasil.

A Operação Macuco, desencadeada pela Polícia Federal, apurou a evasão de US\$ 30 bilhões do Brasil entre os anos de 1996 e 2002, por meio das operações com as contas CC-5.

Paulo Octávio condena aumento de contribuições sociais a partir de hoje

A decisão do governo de aumentar de 1,08% para 2,88% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi classificada na sexta-feira pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) como “escorchante”. Ele também condenou a elevação de 3% para 4% da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). As duas medidas entram em vigor hoje.

Paulo Octávio observou que a majoração dos impostos atingirá em cheio todos os brasileiros, prejudicando ainda mais o contribuinte, que, notou, já é sacrificado com a alta carga tri-

butária, considerada uma das maiores do mundo. Com relação ao aumento do CSLL, “uma majoração recorde”, o senador observou que a contribuição incide pesadamente sobre setores considerados sensíveis da classe média, como médicos, dentistas, mecânicos e advogados, entre outros, ou seja, trabalhadores que se tornam pessoas jurídicas.

– Com o aumento da CSLL, os pacientes de médicos e dentistas ou quem necessitar de um mecânico ou de um advogado irão pagar mais caro pelos serviços oferecidos já a partir de segunda-feira (*hoje*), o que, cer-

tamente, ajudará a elevar a inflação – alertou o senador.

Para protestar contra os aumentos, informou Paulo Octávio, o PFL fará manifestações por todo o país hoje, às 15h. Em Brasília, o Dia da Força – Manifestação Nacional contra o Partido dos Tributos acontecerá em frente ao Congresso.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), em aparte, concordou com as preocupações de Paulo Octávio e observou que esses aumentos prejudicam o país como um todo. Ele também se manifestou apreensivo com a reforma tributária em discussão no Congresso Naci-



José Cruz

IMPACTO Paulo Octávio está convicto de que aumentos vão se refletir na inflação

onal. A seu ver, a reforma tem que ser feita, mas deve levar em conta os “legítimos” interesses dos estados. Já Mão Santa (PMDB-PI) condenou os aumentos e afirmou que “o presidente Lula está se transformando num *office-boy* dos banqueiros internacionais”.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Especialista afirma que PEC é mais limitada que mudança feita há cinco anos. Mão Santa defende debate do texto da Câmara pelos senadores

A emenda de 1998 e a proposta atual

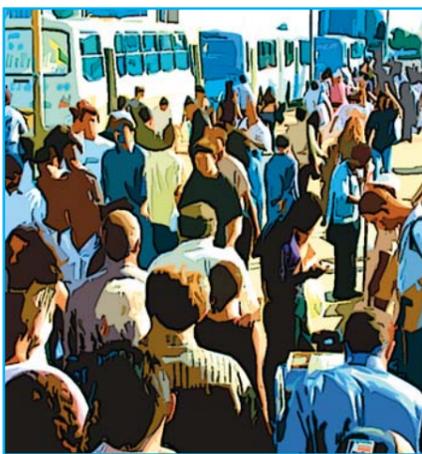
GILBERTO GUERZONI FILHO – Consultor legislativo do Senado

A proposta de reforma da Previdência que chega ao Senado representa um aprofundamento das alterações iniciadas pela Emenda Constitucional (EC) nº 20/98, insere-se no processo de mudanças feitas na matéria em praticamente todos os países e tem como grandes causas o significativo aumento da expectativa de vida e a redução da natalidade das últimas décadas, que dificultam o financiamento de regimes previdenciários baseados no sistema de repartição.

No Brasil, a preocupação com o esgotamento do modelo previdenciário é recente. As primeiras propostas sistematizadas de alteração foram apresentadas durante a revisão constitucional de 1993. Entretanto, a questão somente ganhou maior importância a partir do Plano Real, quando, de um lado, a sua dimensão se tornou mais clara e seu equacionamento no curto prazo mais difícil, com a estabilização da economia, e, de outro, se passou a exigir a presença de elevados superávits primários nas contas públicas.

O primeiro ponto fundamental para a compreensão do nosso problema previdenciário é o entendimento de que temos vários regimes de previdência, cada um deles com seus problemas e, também, com alternativas próprias de solução. O primeiro e maior deles é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e destinado aos trabalhadores em geral. É um típico regime de repartição, mantido essencialmente pelas contribuições de empregados e empregadores. Temos, também, os regimes mantidos diretamente pelos tesouros públicos e destinados aos servidores civis, militares e membros de Poder. Esses regimes são bastante diferentes daquele. Constituem regimes de repartição peculiares, nos quais os segurados participam do seu financiamento, mas cabe ao Estado garantir-lhes o financiamento remanescente. Além desses, há um terceiro regime, que é de capitalização e destinado a conceder complementação de aposentadoria e pensão em relação ao RGPS. É gerido por entidades fechadas ou abertas de previdência privada, às quais a filiação é facultativa.

Podemos afirmar que a atual proposta tem escopo bem mais limitado do que a EC nº 20/98, à medida que ela se restringe, quase exclusivamente, a modificar os regimes dos servidores públicos e membros de Poder. A proposta em exame praticamente mantém intocados o RGPS, os regimes dos militares e o regime de previdência complementar. Esses regimes, salvo o dos militares, tinham sido objeto de importantes alterações por aquela emenda



da constitucional.

Efetivamente, ela promoveu importantes alterações no RGPS, destacando-se a retirada da previsão constitucional da forma de cálculo dos benefícios, o que permitiu que se passasse a calculá-los pela média dos 80% maiores salários-de-contribuição de todo o período contributivo do segurado, e a instituição do “fator previdenciário”, que introduziu, como variáveis para o cálculo da aposentadoria, a idade no momento da aposentadoria, a expectativa de sobrevivência e o tempo de contribuição.

Essas modificações têm tido importante efeito sobre as despesas da previdência do regime geral, cujas recentes dificuldades se devem ao fato de que a massa de salários, em razão da queda no ritmo da atividade econômica, está crescendo a índices muito inferiores aos da correção dos benefícios previdenciários.

No caso da previdência complementar, a EC nº 20/98 viabilizou uma completa reestruturação do setor, com a edição das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 2001, previstas na emenda.

Quanto ao regime dos servidores públicos, foi grande a alteração. Estabeleceu-se idade mínima na regra geral e na transição; exigiu-se tempo de serviço público e no cargo público para aposentadoria; vedou-se contagem de tempo fictício e promoção e incorporações na aposentadoria; e extinguiu-se a aposentadoria proporcional. Além disso, facultou-se a instituição de previdência complementar para os servidores públicos, permitindo que a questão de suas aposentadorias fosse equacionada no futuro.

Assim, mesmo considerando que a situação atual das despesas previdenciárias dos tesouros públicos é séria, a EC nº 20/98 tornou o problema muito menos grave, permitindo, no caso dos servidores públicos civis, uma importante mudança nas tendências dessas despesas e me-

lhorando sensivelmente a perspectiva para os anos seguintes.

A presente reforma, essencialmente, age sobre os atuais servidores públicos com duas alterações fundamentais em suas aposentadorias. De um lado, somente permite a transferência para a inatividade com proventos integrais após 60 anos de idade, se homem, e 55 se mulher, e, de outro, extingue a paridade entre os proventos da aposentadoria e a remuneração dos servidores, quando em atividade.

Os atuais aposentados praticamente mantêm os seus direitos; a alteração significativa é que passam a pagar contribuição previdenciária. Essa mudança, apesar de ser matéria emblemática, tem efeito financeiro reduzido, tanto do ponto de vista individual quanto da arrecadação que propiciará. A repercussão financeira é desproporcional à dimensão da polêmica em torno desse desconto previdenciário.

Para os futuros servidores, mantém-se o modelo de um regime previdenciário básico, complementado por um fundo de pensão. A diferença ocorre no desenho do regime básico, que se aproxima bastante do RGPS.

Finalmente, uma observação sobre os objetivos da presente proposta, especialmente no tocante à busca de velocidade em sua tramitação. Como se comentou acima, a EC nº 20/98 já havia permitido que se sinalizasse uma significativa melhora do quadro das despesas referentes à previdência dos servidores públicos civis. Assim, efetivamente, não há emergência no equacionamento da questão, especialmente porque, quando se fala em termos de previdência, não existe urgência, já que os efeitos das alterações que se fazem no campo contam-se por gerações e não por exercícios. Dessa forma, parece-nos que a PEC indica, principalmente, a capacidade do atual governo de fazer mudanças em matéria importante. Observe-se que isso não se traduz, necessariamente, em juízo de valor negativo com relação à proposta, uma vez que se trata de objetivo que não é, absolutamente, desprovido de importância.

Nesse ponto, é importante reconhecer a eficiência do governo. Isso fica evidente quando se constata que a PEC em questão foi aprovada na Câmara dos Deputados em apenas 119 dias, certamente um recorde para a tramitação de matéria tão complexa quanto ampla. A proposta que deu origem à EC nº 20/98, por exemplo, só foi remetida ao Senado após 476 dias, e promulgada depois de quase quatro anos da apresentação, tendo tramitado praticamente durante toda uma legislatura.



ALERTA Mão Santa adverte que não se podem frustrar direitos dos segurados da Previdência

Mão Santa: Senado pode mudar texto

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou, sexta-feira, que o Senado deve ter a oportunidade de debater e aprimorar a proposta de reforma previdenciária, já aprovada pela Câmara dos Deputados. Reforma constitucional não pode ter data marcada, e o Congresso precisa de tempo para criar “leis boas e adequadas”, observou.

Ele lembrou que os deputados puderam debater o projeto enviado pelo governo e melhoraram muitos dispositivos. É indispensável que haja tempo para que a experiência dos senadores possa ser usada para aprimorar a proposta, afirmou. Caso contrário, assinalou, seria melhor “fechar o Senado de uma vez”.

Segundo Mão Santa, a Previdência Social é um sistema viável. “Se apresenta déficits, é porque não tem tido uma gestão profissional, sem intervenção do governo e com controle social público de empresários, trabalhadores, servidores, aposentados e pensionistas”, salientou.

Para o senador, se forem fechados os “ralos” da Previdência, o sistema apresentará folga. Ele citou estudo independente mostrando que a Previdência tem o equivalente a US\$ 50 bilhões de créditos.

Mão Santa advertiu que frustrar direitos ou expectativas de direitos das pessoas que colocaram na Previdência seus objetivos de segurança e tranqüilidade na velhice significa violação flagrante de direitos humanos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Senadores já podem apresentar emendas ao texto aprovado na Câmara. Primeira votação ocorrerá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Proposta começa a tramitar no Senado

A proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social começa a tramitar no Senado hoje, e durante a semana já poderá receber emendas dos senadores. O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), prevê que a reforma deverá ser votada naquele colegiado "em uns 30 dias".

A única comissão em que a reforma da Previdência será debatida é a CCJ, e, regimentalmente, o texto ficará em exame

por 30 dias. A primeira semana é destinada a receber as emendas; o relator, Tião Viana (PT-AC), deverá apresentar seu parecer nos primeiros 15 dias. Os outros 15 dias são destinados à votação. Se aprovada, a matéria será remetida à apreciação dos 81 senadores, em Plenário. Nessa fase, também poderão ser apresentadas emendas e, se isso se confirmar, a reforma voltará à CCJ para exame das emendas de Plenário.

– Acredito que até o final de outubro o Senado encerrará a

votação da reforma previdenciária – prevê Lobão. “É claro que dependerá de negociações. Com acordo, a tramitação se torna mais rápida”, diz.

Depois da CCJ, a emenda constitucional deve ser votada duas vezes pelo Plenário. Na primeira, ela é discutida por cinco sessões. Se aprovada, ocorre a segunda votação, depois de três sessões de discussão. Para ser aprovada, a matéria precisa receber votos favoráveis de pelo menos 49 dos 81 senadores.



PREVISÕES Tião Viana deve apresentar seu parecer em 15 dias; Edison Lobão espera votação pela CCJ em cerca de 30 dias

Mudam as condições para aposentadoria. Salários passam a ter teto

Veja como fica a aposentadoria de funcionários federais, estaduais e municipais, aposentados e futuros servidores com a reforma da Previdência, segundo o texto aprovado pela Câmara, que pode ser modificado no Senado.

ATUAIS SERVIDORES

- ♦ Quem ainda não tem direito a aposentadoria proporcional ou integral, somente obterá aposentadoria integral (último salário) se tiver atingido as seguintes condições, cumulativas:
 - a) 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher);
 - b) 35 anos de contribuição (homem) e 30 anos (mulher);
 - c) 20 anos de efetivo exercício no serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. Esse aposentado terá uma espécie de "paridade parcial" com os ativos, com seus proventos recebendo apenas os reajustes gerais dados ao funcionalismo.
- ♦ Quem quiser se aposentar antes de completar as

idades de 60 e 55 anos (homem e mulher) deve cumprir os outros requisitos e pagar um redutor de 3,5% para cada ano antecipado, se pedir o benefício até 31 de dezembro de 2005, ou de 5% por ano a partir dessa data. A antecipação máxima é de sete anos. No entanto, o valor que servirá de base para a aposentadoria levará em consideração as contribuições previdenciárias efetivamente feitas, inclusive ao INSS (se trabalhou antes na iniciativa privada). Lei ordinária definirá como serão atualizadas essas contribuições. Nesse caso, o aposentado perde a paridade ativo-inativo.

- ♦ Quem já tem direito a aposentadoria proporcional ou integral, ou adquirir tal condição até a promulgação da reforma, poderá se aposentar com base na atual Emenda Constitucional nº 20/98, a qual fixa idades de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher), com exigências de tempo de contribuição e de serviço público. Se quiser continuar trabalhando, no dia em que for se aposentar poderá optar pelo valor a que teria direito na véspera da promulgação da reforma

em debate ou pela nova legislação. Se optar pelas condições da Emenda nº 20/98, tem direitos adquiridos, inclusive sobre a paridade.

FUTUROS SERVIDORES

- ♦ Quem entrar para o serviço público depois da reforma terá aposentadoria paga pelo Estado limitada a R\$ 2.400. Se quiser aumentar a renda na velhice, terá de contribuir para um fundo de previdência complementar dos servidores. No cálculo de sua aposentadoria entrarão as contribuições feitas ao INSS, se tiver trabalhado em empresas privadas. Lei definirá a atualização dessas contribuições. Não terá direito à paridade ativo-inativo e lei ordinária fixará os reajustes, para não ocorrer perda de poder aquisitivo.

COBRANÇA DE INATIVOS

- ♦ Será cobrada taxa previdenciária de 11% de todos os aposentados e pensionistas, mas incidindo apenas sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (no caso de aposentado estadual) e R\$ 1.440 (federal). Os futuros servidores só pagarão a contribuição, quando se aposentarem, sobre o que exceder a R\$ 2.400 (no caso,

sobre a aposentadoria complementar).

PENSIONISTAS

- ♦ Pagarão alíquota de previdência (11%) sobre a parcela que exceder a R\$ 1.200 (estados) e R\$ 1.440 (União). As novas pensões serão integrais até R\$ 2.400, acrescidas de 70% do valor que superar esse limite. Detalhe: os valores que passarem dos R\$ 2.400 não terão mais a paridade ativo-inativo. Lei ordinária definirá como esse excedente será corrigido.

ABONO DE PERMANÊNCIA

- ♦ Servidor que atingir condições de pedir aposentadoria terá abono de permanência equivalente aos 11% da contribuição previdenciária. Hoje, o abono só é dado a quem soma condições para aposentadoria integral. Com a reforma, o abono será dado também a quem atingir, até a data da promulgação da emenda, condições para pedir aposentadoria proporcional. A aposentadoria proporcional só existirá até a véspera da promulgação da emenda em votação. Depois, existirá o redutor para antecipações.

TETO PARA TODOS

- ♦ Depois da promulgação da reforma em exame, ninguém poderá receber no serviço público mais que ministro do STF (R\$ 17.100). Mas haverá três subtetos nos estados e municípios. O teto dos servidores do Executivo estadual será o salário do governador; nos municípios, do prefeito; no legislativo estadual, o limite é o salário do deputado estadual; no Judiciário estadual, o subteto equivalerá a 90,25% do salário de ministro do STF.

ATENÇÃO – O teto e os subtetos valem para os militares das Forças Armadas, das polícias militares e corpos de bombeiros. O teto é a soma de tudo que o servidor ou aposentado recebe.

SEGURADOS DO INSS

O limite do salário-de-contribuição passará de R\$ 1.863 para R\$ 2.400. Com isso, a aposentadoria máxima do INSS passará a esse valor. No entanto, como o valor da aposentadoria no INSS é a média das contribuições feitas desde meados de 94, na prática serão necessários alguns anos para que uma pessoa chegue ao novo limite do INSS.

PLANO PLURIANUAL

Proposta para o período 2004-2007 fixa metas como fim do analfabetismo e melhorias nas áreas de saneamento, reforma agrária, saúde e habitação

Governo define 16 áreas de desenvolvimento

O Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2004 a 2007, enviado ao Congresso, aponta 16 áreas de desenvolvimento nas quais deverão ser priorizados os investimentos governamentais. Em cada uma delas, há metas a serem alcançadas. Na educação, por exemplo, o governo quer erradicar o analfabetismo até 2007. Além disso, até 2006 todas as crianças entre 7 e 14 anos devem estar matriculadas no ensino fundamental.

Ainda na área de educação, o PPA estabelece a capacitação de 1,8 milhão de professores em todos os níveis, a distribuição de 440,6 milhões de livros didáticos e de 2,4 milhões de uniformes escolares. Na área de ciência e tecnologia, o objetivo é aumentar em 60% o número de doutores formados por ano e em 80% os registros brasileiros de patentes.



CAMPO Planos do governo para o período entre 2004 e 2007 incluem assegurar o acesso de 3,7 milhões de famílias ao Pronaf

Na área de saúde, o Executivo trabalha com a expectativa de redução do índice de mortalidade infantil, das atuais 27 crianças por mil nascidas vivas, para 24 por mil até o final do período. Este objetivo, conforme o texto do PPA, será conse-

guido com a garantia do acesso da população a medicamentos essenciais e a ampliação dos serviços ambulatorial e hospitalar pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O governo pretende chegar a 30 mil equipes no programa Saúde da Família.

Outra área privilegiada, e que tem efeitos diretos na saúde da população, é o saneamento. Pelo PPA, o governo prevê o aumento da cobertura do abastecimento de água de 92,4% para 93,5% e da coleta de esgoto de 50,9% para 57,9%.

O Plano Plurianual de Investimentos estabelece ainda o financiamento da construção de 1,2 milhão de habitações até 2007, o que reduziria em 25% o déficit habitacional brasileiro. Além disso, o governo pretende entregar 780 mil títulos de propriedade.

Reforma agrária

Os planos do governo são permitir o acesso de 3,7 milhões de famílias ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – hoje são 1,4 milhão. Pelo PPA, entre novos assentamentos e a consolidação de assentamentos considerados precários, de-

verão ser atendidas 265,4 mil famílias. Ainda nesta área, a idéia é emitir 400 mil títulos de propriedade e beneficiar 114,2 mil pequenas propriedades com crédito fundiário. Outra meta é a alfabetização de 202 mil jovens e adultos em assentamentos.

Na área de meio ambiente, o plano do Executivo é duplicar a área de florestas manejadas e reduzir em 15% os focos de incêndio. Além disso, pretende formar 6,2 mil educadores ambientais.

No que diz respeito aos recursos hídricos, o governo prevê no PPA a ampliação em 5 bilhões de metros cúbicos no abastecimento de água em zonas do semi-árido nordestino. Isso será possível com a revitalização e integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias dos rios Jaguaribe, Pirañas-Açu e Apodi.

Cenário traçado para economia é animador

A aposta do governo para os próximos quatro anos é de que a economia brasileira salte de um crescimento de 3,5% em 2004 (previsão) para 5% em 2007. A expectativa está projetada no PPA, que trabalha com um cenário macroeconômico animador: quedas nas taxas nominais e reais dos juros, nos índices de inflação e na dívida pública, retomada dos investimentos e criação de 7,8 milhões de empregos.

Dois dos principais índices de inflação (IGP-DI e IPCA) devem convergir, segundo o plano, para 4% em 2007. A taxa real de juro chegaria ao final dos quatro anos na média de 4,1%. Os juros nominais do endividamento público devem cair de 14,5%, na média prevista para 2004, para uma taxa de 8,3% ao ano em 2007.

Apesar de uma taxa de câmbio crescente, alcançando R\$ 3,86 no final de 2007, o governo prevê redução expressiva na proporção da dívida pública em relação ao PIB: de 58,1% para 48,2%.

Energia e transporte recebem R\$ 162 bilhões nos próximos quatro anos

Os investimentos em geração e transmissão de energia são o principal foco do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2004 a 2007 no que diz respeito à infra-estrutura. O governo prevê, em quatro anos, gastos da ordem de R\$ 162 bilhões no setor, de um total de R\$ 189 bilhões a serem destinados a toda a área, que ainda inclui transportes (R\$ 22 bi), infra-estrutura hídrica (R\$ 1,2 bi) e comunicações (R\$ 2,1 bi).

A previsão é de que os investimentos adicionem 12,7 mil megawatts de potência – 15% de aumento sobre a capacidade instalada em 2003. A maior parte do acréscimo em geração será decorrente das usinas hidrelétricas (82,5%). Também está previsto um aumento considerável na capacidade de transmissão de energia – 12,4 mil quilômetros de linhas ou 15,7%. Dois terços dessas novas linhas serão de longa distância.

“Isto se deve ao fato de que as usinas estão paulatinamente sendo construídas afastadas dos centros consumidores”, conforme o texto do PPA enviado ao Congresso Nacional.

No setor de transportes, as



INCREMENTO Plano Plurianual promete aumentar até 2007 a oferta de energia em 15%, a maior parte com as usinas hidrelétricas

ações do PPA buscam recuperar a malha rodoviária federal, concluir obras já iniciadas e ampliar a capacidade de rodovias próximas de saturação, além de modernizar a malha ferroviária. O plano traça um diagnóstico alarmante das condições atuais das estradas federais: dos 51,5 mil quilômetros administrados pelo governo federal 35% estão em situação

regular e 47% em mau estado, o que prejudica o escoamento de 60% da carga no país.

Para resolver o problema, estão programadas a conservação de cerca de 43 mil quilômetros de malha, a restauração de 23 mil quilômetros e a construção ou adequação de 5,5 mil quilômetros, com foco nos principais pontos de estrangulamento atuais.

BNDES terá R\$ 200 bi para apoiar o PPA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá dispor de cerca de R\$ 200 bilhões para apoiar o PPA. Somente para investimento em infra-estrutura, o plano apresenta um volume potencial de recursos de R\$ 65,1 bilhões, a maior parte no setor energético (R\$ 39,5 bilhões).

O apoio do BNDES previsto no PPA para os setores de saneamento e infra-estrutura urbana é de apenas R\$ 4,4 bilhões. Mas outras duas fontes devem suprir a necessidade de investimentos desses dois setores: a Caixa Econômica Federal (CEF), com R\$ 7,2 bilhões, e os estados e os municípios, com R\$ 5 bilhões.

A segunda prioridade na distribuição de recursos do BNDES serão os investimentos nos setores de transportes e logística, que poderão contar com R\$ 21,2 bilhões. Também estão previstos R\$ 190 milhões dos governos estaduais e municipais para esses dois setores.

PLANO PLURIANUAL

Unificação de programas melhora política social

A unificação dos programas de transferência de renda introduzida pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2004-2007 deve significar um aumento no valor a ser repassado a famílias em situação de extrema pobreza, dos atuais R\$ 25 para R\$ 83. É o que prevê o texto enviado para análise pelo Congresso Nacional.

O governo argumenta que a unificação é vantajosa também para os beneficiários. "Além do substancial aumento dos valores, a padronização dos critérios e a diminuição do número de interlocutores tornam mais fácil para as famílias compreender o programa e reivindicar os seus direitos", de acordo com o PPA, segundo o qual as novas regras não prejudicarão os beneficiários dos programas atuais.

Outra inovação seria a escolha da família como referência para a concessão dos benefícios. Assim, as famílias extremamente pobres receberão um valor básico de R\$ 50, independentemente da presença de jovens até 15 anos. As que tiverem filhos até essa idade receberão um benefício adicional, em função da composição da família, de R\$ 15 por criança, até um limite de três.

O novo programa unificado,

conforme está previsto no PPA, seria implantado em três etapas. A primeira, a começar em outubro deste ano, consiste na unificação dos programas Cartão-Alimentação, Bolsa-Alimentação e Bolsa-Escola. Ao final dessa etapa seriam beneficiados 3,3 milhões de famílias.

Em 2004, após os esforços de integração das iniciativas de transferência de renda nos âmbitos federal, estadual e municipal, seria a vez da incorporação dos programas de Erradicação do Trabalho Infantil e do Vale-Gás. Assim, no ano de 2004, 3,8 milhões de famílias receberiam pelo programa unificado e outras 9,8 milhões pelos critérios dos programas em extinção.

Por fim, o governo pretende incluir famílias carentes ainda não atendidas. Em 2006, todas as famílias pobres do país seriam atendidas pelo programa unificado e o Poder Executivo passaria ao atendimento de famílias com renda um pouco acima da linha da pobreza (renda mensal *per capita* inferior a R\$ 50).

A ampliação no atendimento será possível, segundo o PPA, graças a um aumento real, superior a 70% no período de 2004 a 2007, do orçamento destinado às transferências de renda.

Para Lula, volta da estabilidade é a base para o Brasil crescer

Na mensagem que encaminhou o PPA, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressalta a necessidade de se conseguir o desenvolvimento econômico do país com justiça social. A recuperação da estabilidade da economia, afirma Lula, lançou as bases para fazer o Brasil voltar a crescer. "Fizemos sacrifícios, mas estou certo de que eles nos garantiram um chão firme para construir a retomada do crescimento, com geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social", diz no texto enviado ao Congresso.

Lula salienta que o PPA foi



Lula, no PPA: "Desenvolvimento com justiça social"

elaborado a partir de amplos debates, citando a realização de audiências com 2.170 organizações em todo o Brasil, em 27 fóruns de participação social do PPA, além de terem sido travadas intensas discussões com os governadores. "O PPA tanto se afasta do autoritarismo es-

tatal dos anos 70 como supera, na prática, a mais grave exclusão feita na década passada: a exclusão das prioridades nacionais", afirma o presidente.

O presidente reforça o papel do Congresso como instrumento para aperfeiçoar o texto elaborado pelo Executivo.

Jucá considera proposta do Orçamento realista

■ Senador espera que Congresso Nacional discuta o texto e o aprove até o fim do ano

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) classificou de realista o projeto de lei do Orçamento da União para 2004, apesar de parte das receitas previstas estar condicionada à aprovação das reformas tributária e previdenciária. Em pronunciamento feito sexta-feira, ele elogiou a proposta entregue pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, principalmente pela ampliação dos investimentos na área social.

Segundo Jucá, é importante que o Congresso discuta a proposta, melhore o texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e depois aprove, até dezembro, o Orçamento de 2004. Ele informou que, na condição



MELHORIA Romero Jucá constata aperfeiçoamento das peças orçamentárias no país

de integrante da comissão há oito anos, muitas vezes como relator, verificou que as peças orçamentárias estão melhorando nos aspectos de transparência, do controle social sobre os gastos e também dos mecanismos operacionais.

Jucá observou que a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) definiu o controle

social, as transferências de recursos para entidades privadas, a questão do contingenciamento, as transferências voluntárias e a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ele manifestou também sua confiança na atuação do presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e do relator, deputado Jorge Bittar (PT-RR).

Água

Romero Jucá aproveitou para registrar a realização do 1º Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia, em Manaus, que debateu o tema da água como recurso estratégico para o desenvolvimento. O evento, organizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), tem o mérito, na avaliação do senador, de antecipar-se à discussão de assunto fundamental para o futuro da Amazônia e do país.

Parte da receita de 2004 depende ainda de decisões do Congresso

As negociações com o Congresso serão fundamentais para que o governo consiga realizar as receitas projetadas para 2004. O projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Executivo prevê um volume de receitas condicionadas de R\$ 30,2 bilhões. Ou seja, trata-se de arrecadação que ainda depende de propostas a serem aprovadas pelos parlamentares.

O governo incluiu os efeitos de duas propostas de emenda constitucional. A da reforma tributária deve garantir mais R\$ 20,7 bilhões com a manutenção da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e outros R\$ 4,4 bilhões da tributação de bens e serviços importados para dar competitividade equivalente aos produtos e serviços nacionais. E a da reforma da Previdência deve render R\$ 3,2 bilhões.

Também estão previstas medidas relacionadas com o Imposto de Renda, como a permanência da alíquota de 27,5% para as pessoas físicas. O valor a ser obtido é estimado em R\$ 1,9 bilhão.

A proposta orçamentária pa-

| Projeto de lei do Orçamento de 2004 | | |
|--|----------------|--------------|
| | Em R\$ bilhões | % PIB |
| Total | 1.457,7 | 84,27 |
| Receita Financeira* | 1.055,5 | 60,98 |
| Receita Primária (a) | 402,2 | 23,33 |
| Transferências Constitucionais para Estados e Municípios (b) | 60,2 | 3,48 |
| Receita Líquida (a-b) | 342,0 | 19,76 |
| Despesas | 299,6 | 17,31 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 83,9 | 4,85 |
| Benefícios da Previdência | 124,0 | 7,17 |
| Despesas Obrigatórias** | 27,8 | 1,60 |
| Despesas Discricionárias*** | 63,9 | 3,69 |
| Resultado Primário da União | 42,4 | 2,45 |
| Juros Nominais da União (exceto estatais) | 85,1 | 4,9 |
| Déficit Nominal | 42,7 | 2,5 |

*Embute refinanciamento da dívida pública federal mais a receita dos juros de aplicações financeiras com recursos da União, tais como remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional no Banco Central, retornos das operações oficiais de crédito e de outras inversões financeiras.

**Considera: abono e seguro-desemprego, sentenças judiciais, subvenções econômicas, subsídios, Fundef, doações, indenizações, Proagro, FGTS etc.

***Margem de ingerência do Congresso Nacional.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ra 2004 aumenta os gastos do governo com a área social. As despesas previstas são de R\$ 42,371 bilhões com o custeio e o investimento dos órgãos federais da área social, maiores, portanto, que os R\$ 35,3 bilhões programados para este

ano. Os programas de transferência direta de renda devem subir dos R\$ 4,3 bilhões deste ano para R\$ 5,35 bilhões em 2004, configurando a maior parte do Fome Zero, que irá receber outros R\$ 400 milhões para ações específicas.

Sibá defende a rotulagem de produtos transgênicos

Senador apóia “avanço na área tecnológica”, mas diz que sociedade brasileira deve ser informada

O senador Sibá Machado (PT-AC) criticou na sexta-feira os que defendem “a teoria do fato consumado” para lidar com a questão dos transgênicos no país e manifestou posição favorável à rotulagem desses produtos, à semelhança do que ocorre nos países europeus.

– Admito que o Brasil está correto quando determina o avanço na área tecnológica. Mas o fato consumado não pode ocorrer. A sociedade precisa ter a opção de escolher se quer consumir produtos com organismos geneticamente modificados – disse o senador. Sibá informou que o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, deter-



PREOCUPAÇÃO Sibá Machado lembra temor de cientistas em relação ao meio ambiente

minou que uma comitiva de parlamentares visite países da União Européia, como a França e a Bélgica, para conversar com os organismos que deliberam sobre os transgênicos. “O objetivo é verificar como a União Européia está trabalhando com essa questão”, explicou, acrescentando que o Brasil e a UE aparecem como “exceções

importantes” entre os grandes produtores de grãos que questionam os organismos geneticamente modificados (OGM).

O cultivo de soja transgênica *Roundup Ready* – desenvolvida pela multinacional Monsanto –, no Rio Grande do Sul, com sementes importadas clandestinamente da Argentina, e cuja comercialização da safra foi autorizada em caráter excepcional pelo governo, pode trazer prejuízos para outras áreas de plantio da lavoura naquele estado, conforme avaliação do senador. Isso porque, como explicou, não existe segurança de que as sementes modificadas geneticamente não se espalhem para outras zonas de produção gaúchas.

Sibá Machado lembrou o temor dos cientistas de que as características transgênicas de plantas domésticas possam migrar para seus parentes selvagens, “com conseqüências desastrosas” para o meio ambiente.

Quintanilha cobra atenção para os assentados pelo Incra

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) alertou o Ministério do Desenvolvimento Agrário, na sexta-feira, sobre a multiplicação dos acampamentos às margens das rodovias em todos os estados, particularmente no Tocantins. Segundo o senador, quando o governo anuncia que dará prioridade aos acampados, o que se vê é o aumento do número de acampamentos, formados por pessoas que esperam receber um quinhão de terra, muitas das quais sem a menor aptidão para lidar com ela.

Quintanilha disse também que somente no Tocantins há mais de 100 assentamentos que precisam ser objeto de imediata atenção por parte do governo federal. Milhares de famílias, afirmou, são localizadas em determinada região, mas recebem uma “assistência mitigada”, o que as leva a reclamar condições mínimas para uma existência condigna.

O tratamento dado à questão



DENÚNCIA Para Quintanilha, tratamento dado à questão agrária gera intranquilidade

agrária, segundo o senador, tem provocado intranquilidade no campo e até mesmo a prática de ilícitos, apesar de não ser esse o interesse do governo federal. Quintanilha propôs que se democratize a discussão sobre a reforma agrária, com a participação dos governadores.

O senador condenou a forma pela qual o Incra faz os assen-

tamentos, levando para um determinado município, às vezes, até mil famílias, sem perguntar ao prefeito se no orçamento há recursos para o atendimento a essas pessoas. Ele lembrou que a grande maioria dos municípios enfrenta situação de penúria e defendeu uma melhor distribuição dos recursos públicos entre União, estados e municípios.

Quintanilha defendeu ainda uma análise minuciosa, pelos senadores, da reforma da Previdência. Observou que o modelo atual não atende às necessidades da sociedade brasileira. E disse que a reforma não poderá passar “em brancas nuvens” pelo Senado, que, em sua opinião, poderá fazer alterações no texto, se julgar necessário. “Não importa se irá demorar mais, porque a sociedade está mais interessada na justiça social do que no açodamento.” O discurso de Quintanilha foi apoiado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).



MODELO Paulo Paim recebe comitiva parlamentar chefiada pelos senadores Tsutomu Yamazaki e Junichi Fukumoto

Paim debate com japoneses mistura do álcool à gasolina

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu na sexta-feira, no Salão Nobre, comitiva da Liga Parlamentar Japonesa, que esteve em Brasília em missão oficial para verificar a possibilidade de se utilizar, naquele país, o modelo brasileiro de mistura de álcool à gasolina, com importação do etanol do Brasil. A missão, chefiada pelos senadores Tsutomu Yamazaki e Junichi Fukumoto, já se reuniu com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Paim informou que, segundo dados do ministério, a exportação do etanol para o Japão tra-

ria US\$ 2 bilhões em divisas para o Brasil e explicou que a vinda da missão foi precedida de grande discussão sobre os efeitos do etanol na atmosfera.

– Os senadores representam um bloco de cerca de 100 parlamentares e discutiram extensamente o impacto ambiental da mistura do etanol à gasolina. Havia muita resistência num primeiro momento, pela preocupação histórica com o meio ambiente, e essa resistência foi vencida se espelhando na realidade do Brasil – disse.

O embaixador do Japão, Tadashi Ikeda, acompanhou a visita.



Agaciel recebe homenagem na Bienal do Livro de Natal

O presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Diógenes da Cunha Lima, entregou ao diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, o título de sócio de honra da academia. Nos últimos quatro anos, esta é a segunda vez que a homenagem é prestada a alguma personalidade pública. O último a merecer a honraria foi dom Eugênio Sales, ex-arcebispo do Rio de Janeiro.

– Gostaríamos que a homenagem fosse feita na sede da academia, com a honra e a pompa necessárias. Mas vamos fazê-la aqui, que é o lugar de Agaciel. Não conheço ninguém que mereça mais esse título que a academia por unanimidade concedeu – disse Diógenes ao fazer a entrega do diploma, no estande do Senado na II Bienal Nacional do Livro de Natal.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mão Santa, Sibá Machado e Paulo Octávio